

Governo de Concentração

Raul Pilla

18.6.42

(Para os Diários Associados)

Se há situação capaz de justificar um governo de concentração nacional, essa é a que ora atravessa o Brasil. Somos um país em ruínas, subvertido como por um verdadeiro cataclismo. Tanto na ordem econômica, como na financeira, tanto no campo da política, como no da moral, há que reconstituir quase tudo. E' esta uma obra tal, que só mediante o esforço conjugado de todos os bons brasileiros se poderá levar a cabo.

Entretanto, se clara parece a necessidade, dificultoso está sendo acudir-lhe. E' sabido que se têm feito sondagens e tentativas, mas, segundo parece, até agora sem resultado. Se há, de um lado, os que nenhum obstáculo serio vêem diante de si, outros existem que não admitem sequer a possibilidade de uma colaboração entre o governo e a opposição democrática.

Como se explica esta situação paradoxal e contraditória? Por que se vê a necessidade e não se satisfaz? Por que se quer e não se quer?

Complexas são as causas deste singular estado de ânimo. Algumas têm a sua origem na campanha eleitoral de que, não faz muito, saímos. São as suas contradições que ainda persistem e turvam o ambiente. São os seus compromissos que ainda pendem, imobilizam, ou separam. Mas a causa fundamental é, a meu ver, o regime político que, por mais de meio século, nos deseducou e perverteu. Formalmente, não temos agora nenhum regime, pois reunida se acha a Assembléa Constituinte para o estabelecer. Mas aí estão, mais fortes que os textos abrogados, os hábitos, os costumes, a mentalidade que nos deixou o presidencialismo.

Segundo este sistema nefasto, cujos malefícios é impossível avaliar, não há colaboração, mas simplesmente adesão. Por um prazo determinado, é o País adjudicado a um homem, ou, na melhor das hipóteses, ao partido que tal homem incarna. Ele é o árbitro, e meros auxiliares são os seus ministros. Aproximar-se do governo, colaborar com ele, em tais condições, é submeter-se, incorporar-se e, quase certamente, desaparecer. Nem nos Estados Unidos houve nunca verdadeiros governos de concentração nacional. Quando muito, em situações excepcionais, algumas pastas a adversarios mais complacentes ou menos caracterizados.

Explica isto, e justifica, a resistencia oferecida por muitos chefes da opposição à idéa de colaborar com o governo. Mais do que a sobrevivencia, é a propria dignidade do seu partido o que estão defendendo. Porque tudo, no infeliz regime que temos praticado, se reduz á conquista, á posse

e á conservação de posições. Não há, nem pode haver outra política. E, porque assim é, maior ainda, do que de parte da opposição, se faz, no partido do governo, a resistencia á colaboração. Receber apoio é, para ele, enfraquecer-se pela partilha das posições, em vez de fortalecer-se pela convergencia das correntes da opinião.

Em verdade, somente o regime parlamentar permite governos de concentração nacional dignos deste nome. Sendo o chefe da Nação e não, propriamente, o chefe do governo, estando situado acima dos partidos e sendo o árbitro entre eles, pode o presidente da Republica convocá-los para fazer face a situações excepcionais. E os partidos da opposição passam, então, a colaborar, não com o governo, mas no governo, o que é muito diferente. Nenhum adere, ou corre o risco de apotear-se com a aproximação, por ser, então, o governo obra comum deles, e não um poder a que se prostrem, rendidos e submissos.

Demais, todo governo se constitui, no regime parlamentar, mediante um programa de realizações imediatas, que há-de merecer a aprovação do parlamento. Está-se longe, aqui, das plataformas presidenciais, forçosamente vagas e convencionais, por se prever nelas um periodo de varios anos de administração. Pelo contrario, é concreto, relativo á conjuntura que lhe deu origem, o programa com que se apresenta o gabinete. Se tal se verifica ordinariamente, melhor ainda se acentua quando se forma um governo de concentração ou coalisão. Coligam-se os partidos no governo, não para partilhar posições, mas para debelar uma crise econômica, financeira, política ou social, ou para vencer uma guerra. Teu-ne-os um programa definido e, esgotado ou perempto este programa, voltam eles sem dificuldade á situação anterior. Ninguem imagina a mais remota possibilidade de fusão partidaria, pois a coalisão se faz, não para explorar o poder, mas, pelo contrario, para fazer face a uma grave conjuntura. Assumindo, então, a responsabilidade do governo, num regime onde tal responsabilidade se torna efetiva, dão os partidos muito mais do que recebem.

Muito diversa é, pois, a situação dos partidos que se coligam, conforme se trate de regime presidencial, ou de regime parlamentar. No primeiro caso, há simples partilha de posições e a complacencia que tais coisas trazem consigo; no segundo, atribuição de responsabilidades. Tanto isto é certo que, em 1935, quando grave parecia a situação do País e se preconizava um governo de concentração para preservar a democracia, o illustre publicista sr. José Maria dos Santos apresentou a sua fórmula de governo de gabinete, que infelizmente não teve a consideração devida. Decorridos alguns meses, o sr. Flores da Cunha, então governador do

(Continua na 2.ª pag.)

Rio Grande do Sul, pretendeu a colaboração da "Frente Unica" ao seu governo e somente a conseguiu mediante a adoção da fórmula José Maria dos Santos. Foi esta considerada uma condição preliminar e indispensavel para que a opposição riograndense pudesse prestar dignamente o seu concurso ao governo, não obstante contasse, no seu seio, com numerosos presidencialistas.

Assim, qualquer que seja a face por que se encare qualquer que sejam as circunstancias em que se considere, o sistema parlamentar mostra sempre a sua incontrastavel superioridade. Sendo a mais perfeita forma de democracia representativa, adapta-se ele facilmente a todas as necessidades funcionais da democracia.

E' necessario, é urgente que se associem todas as boas correntes democráticas para fazer face ás tremendas dificuldades do momento? Pois bem: a estrada real para lá chegar segura e honestamente é conhecida e a nós só faltará segui-la. Não vale de nada, não se ganha nada, não se avança vel perante o parlamento. Com tal regime, nenhum partido, por mais closo que seja, poderá á frente da coisa realmente a existir. E' este um fato concreto nas mais adiantadas democracias parlamentares. Associam-se os partidos para alcançar um objetivo comum e separam-se novamente quando atingido. Reduz-se, ali, toda a vida politica a uma questão de programa de governo — e, por isto, alcança ela uma dignidade desconhecida entre nós.